

Punidos vão sumir durante revisão, acredita Lucena

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), acredita que os 17 deputados e o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) citados no relatório da CPI do Orçamento, com pedido de cassação do mandato, ficarão constrangidos em participar da votação da revisão constitucional. "Os parlamentares não estão proibidos de participar da revisão, mas tenho a impressão que eles vão ficar inibidos", disse Lucena, que preferiu despachar em casa ontem. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) também optou por ficar em casa no dia da votação do relatório final da CPI, elaborado pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Como nem a Constituição nem os regimentos internos da Câmara ou do Senado prevêem qualquer tipo de impedimento do exercício parlamentar dos deputados ou senadores com pedido de cassação de mandato por uma CPI, o Congresso Nacional não pode proibir a participação dos 18 parlamentares na revisão. "Eu e o deputado Inocêncio Oliveira estamos analisando o assunto, mas entendo que trata-se de uma questão de foro íntimo de cada parlamentar", disse Lucena. "Acho que eles vão ficar tão inibidos que vão querer se ausentar". Lucena tem percebido, por exemplo, que dos 18 parlamentares, apenas os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Genivaldo Corrêa (PMDB-BA) têm,

eventualmente, comparecido ao Congresso.

Segundo o senador Lucena, para vetar a participação dos parlamentares na revisão, seria necessário que um deputado e um senador apresentassem um projeto de resolução alterando as normas regimentais da Câmara e do Senado. Na hipótese da aprovação do projeto, a medida valeria também para o Congresso Revisor. O projeto, no entanto, poderia ser considerado inconstitucional pelas Comissões de Constituição e Justiça das duas casas.

Notificações — Os parlamentares condenados pela CPI do Orçamento deverão ser notificados já na próxima segunda-feira para responder a processos de cassação de seus mandatos. As Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado estarão de plantão durante todo o fim de semana para dar agilidade às representações contra deputados e senadores envolvidos na máfia do Orçamento, denunciada pelo economista José Carlos Alves dos Santos.

Para evitar atraso no julgamento das cassações, o presidente da CCJ da Câmara, José Dutra (PMDB-AM), vai procurar os líderes dos partidos para saber se haverá mudanças nos nomes que compõem atualmente a comissão. Ele pretende entregar as relatorias dos processos aos deputados que permanecerão na CCJ este ano, o que garantirá a continuidade dos trabalhos realizados até o dia 15 de fevereiro.